





MOSTEIRO
DE SANTA
MARIA DE
CÁRQUERE
RESENDE

MOSTEIRO
DE SANTA
MARIA DE
CÁRQUERE
RESENDE



Planta.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

Na margem esquerda do rio Douro, a meia encosta, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere marca de forma significativa o território em que se insere. Em 1919, quando Vergílio Correia visitou este conjunto monástico ficou impressionado com a paisagem que o envolvia, aludindo às “íngremes ladeiras, ao docel de ramadas”, aos “montes anegrados que trepam para as alturas cobertos de arvoredos” (Correia, 1919: 47-58).

Na historiografia portuguesa da arquitetura da época românica acentuou-se, durante muito tempo, a funda relação existente entre este momento da história da arquitetura e o território, por vezes apenas entendido como paisagem, sublinhando a sua impressão anímica e o seu encanto¹.

Esta relação não era, nem é, de todo, casual. O estudo da implantação dos edifícios religiosos permite-nos conhecer melhor as razões subjacentes à sua fundação. Como sabemos, o eremitismo marcou profundamente a paisagem medieval, dando origem a muitos locais de culto que derivaram em instituições monásticas ou igrejas paroquiais. As ordens religiosas, como São Bento ou Cister, seguiram uma criteriosa escolha do lugar ideal para instalação dos seus mosteiros: “Benedictus montes, Bernardus valles amabat, Franciscus vicos, magnas Ignatius urbes” – São Bernardo (ordem de Cister) amava os vales, São Bento os montes, São Francisco as aldeias e Santo Inácio as grandes cidades. Mas antes da chegada das grandes reformas monásticas, os eremitérios (e paradoxalmente ao que o próprio termo deixa entrever) estavam à vista dos povoados, nem sempre em brenhas inacessíveis, outrossim próximas de caminhos (Mattoso, 1997: 103-145).

197



Vista aérea.

¹ Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 367 e ss).



Vista geral.

A implantação de Cárquere, num esporão sobre o vale do Corvo, mas não particularmente exposto, pode significar antigo assentamento eremítico, depois ermida e mais tarde santuário, condição muitas vezes inerente a tais lugares que, pela proximidade telúrica e pelo exemplo sacrificial dos seus habitantes, deixaram marcas devocionais no território. O alfobre de lendas ligado a Cárquere, nomeadamente a que relaciona o achado de relíquias e imagens junto a uma árvore ou brenhas, indicia essa sacralização anterior que frequentemente nada tem a ver com sincronismos culturais ou continuidades religiosas, tratando-se apenas de um sinal daquele movimento eremítico².

Tais edifícios, de manifesta origem medieval, foram chamando a atenção da historiografia da especialidade pelo encanto das tradições que a eles se associam (ou se procurou associar) e que tentam justificar uma origem lendária. Entre eles encontra-se, naturalmente, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere.

² Sobre esta questão ver Resende (2011).

A lenda e o milagre de Cárquere

É sobejamente conhecida a lenda que associa a origem deste Mosteiro à história de um milagre que terá curado D. Afonso Henriques (n. 1108/9?-1185) de uma deficiência que teria nos seus membros inferiores. Para a construção de tal narrativa contribuiu, seguramente, uma tradição anterior, associada à imagem de Nossa Senhora de Cárquere.

A invocação de Santa Maria de Cárquere é já bem antiga e como nos informa o padre Luís Cardoso, em 1751, no seu *Diccionario geográfico...*, “que por tradição consta, que no tempo del Rey D. Rodrigo, na perda das Hespanhas, fora enterrada em hum cabeça, que está contíguo à mesma Paroquia, com hum cofre de preciosas reliquias, huns finos, e huma Cruz”, juntamente com a imagem de Santa Maria (Cardoso, 1751: 451-452). Uma outra versão tradicional, quiçá alusiva à mesma imagem de Nossa Senhora, refere que esta terá sido descoberta dentro de um castanheiro muito velho, juntamente com um sino, uma caixa de relíquias e uma cruz de prata (Correia et al., 1936-1960: 994-995).

Embora se tenda a atribuir uma cronologia bastante recuada à pequena imagem da Senhora de Cárquere (Correia et al., 1936-1960: 57-58), remontando ao tempo do último e lendário rei dos visigodos (710-711), a verdade é que estamos diante de um exemplar cuja cronologia é bem mais tardia do que a do “milagre” que lhe tem vindo a ser atribuído, como veremos mais adiante.

Assim, segundo nos narra a *Crónica* de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão, publicada em Lisboa, em 1726 (Galvão, 1954), o Mosteiro de Cárquere, consagrado a Santa Maria, teria sido mandado edificar por D. Henrique depois de um sonho de D. Egas Moniz, o Aio (1080-1146), em que este recebia instruções da Virgem para a reconstrução de um templo em sua honra que se arruinara e obscurecera na região do Douro. Obedecendo ao chamamento, Egas Moniz resgatou das ruínas a imagem de Santa Maria, depondo diante delas o enfermo infante que imediatamente se curou. Ao que se conta, D. Afonso Henriques teria nascido “com as pernas tão encolheito que, a parecer de Mestres e de todos, julgavam que nunca poderia ser são delas” e, conforme se diz mais adiante, “que todos tinham que nunca guareceria, nem seria homem”.

“E jazendo D. Egas uma noite dormindo, sendo já o Menino de cinco anos, lhe apareceu nossa Senhora, e disse (...):

– “Eu sou a Virgem Maria, que te mando que vás a um tal lugar,” dando-lhe logo os sinais dele, “e faze aí cavar, e acharás aí uma Igreja que em outro tempo foi começada em meu nome, e uma Imagem minha; faze correger a Igreja e Imagem feita á minha honra e isto feito, farás aí vigilia, poendo o Menino que crias sobre o altar; e sabe que guarecerá, e será são de todo (...). Vendo D. Egas este prazer e milagre, deu muitos louvores a Deus e á Senhora sua Madre, criando e guardando d’á avante com muito maior cuidado o Menino, cujo aio foi sempre (...). E por causa deste milagre foi depois feito em esta Igreja com muita devação o Mosteiro de Cárquere...” (Galvão, 1954: 21-25).

A narrativa reproduz, nos tópicos da clarividência e da descoberta, um modelo de invenções de relíquias e imagens que caracterizou o clima religioso e político da Idade Média. Casos de reabilitação espiritual e económica de mosteiros ou igrejas – justificações ante furtos ou comércio de relíquias – resultaram numa disseminação de narrativas com tramas e personagens comuns (Christian Jr., 1990). Para Cárquere convergiram interesses vários que alimentaram e engrandeceram esta lenda. Aos cónegos regrantes, guardiões da memória régia e, por conseguinte, da ideia de nacionalidade, sucederam os jesuítas, zelosos administradores de um património físico e espiritual que convinha promover. Transversalmente a todas as congregações perpassou o poder linhagístico: primeiro a autoridade régia, interessada em ungir-se do auxílio divino, e depois a descendência de Egas Moniz, empenhada em permanecer ligada à construção do reino.

Os cónegos regrantes de Santo Agostinho, muito particularmente os que estavam instalados em Santa Cruz de Coimbra, desempenharam, como se sabe, um importante papel ao nível do poder laico, porque associados à cúria régia, à alta nobreza e aristocracia coimbrás (Gomes, 2000: 429). Não nos podemos esquecer de que a igreja, sua casa-mãe, acolhe o panteão dos primeiros reis de Portugal. É neste sentido que não nos podemos esquecer do importante papel que desempenharam ao nível cultural, através da estruturação de uma identidade política portuguesa, compulsando a memória historiográfica do reino em crónicas, anais, “res gestae...” (Gomes, 2000: 430). E encontrando-se Santa Maria de Cárquere entre as fundações crúzias diretamente patrocinadas ou acolhidas pela casa-mãe, Santa Cruz de Coimbra, entende-se bem a *criação* desta lenda associada à figura de D. Afonso Henriques.

200



Escultura. Nossa Senhora de Cárquere. Fonte: coleção particular de José Vicente.

A imagem de Nossa Senhora de Cárquere

Independente das cronologias atribuídas à minúscula imagem de Nossa Senhora de Cárquere, não deixam de ser profundamente sentimentais (e nacionalistas) as palavras redigidas por Vergílio Correia, em 1919, a propósito da observação que fez desta escultura de vulto em marfim, com apenas 2,9 centímetros de altura³.

Naturalmente que, observando esta imagem, teremos de colocar a sua cronologia num momento mais tardio da Idade Média portuguesa. Já datável do século XII ou mesmo do XIII, tendo em conta o tipo de pregueados predominantemente alongados ou quebrados das vestes da Virgem que, com coroa e véu curto na cabeça, está entronizada e tem o Menino, também coroado, sobre o seu joelho esquerdo. Este lembrou a Vergílio Correia, no gesto, “os Cristos dos evangeliários e dos esmaltes” (Correia, 1919: 56). A figura de Cristo em Majestade surge, nesta época, tanto ao nível da pintura como da escultura. Neste caso particular, representado ainda Menino, senta-se sobre o colo de sua Mãe, tal como era comum no esquema iconográfico da época, segura um livro com a mão esquerda e abençoa com a direita. As suas vestes são, no entanto, menos naturalistas que as de sua Mãe.

Estas representações da *Maiestas Domini* (aqui ainda Menino) e da *Maiestas Mariae* são muito comuns na época românica. Nas igrejas dedicadas a Maria, a visão do Cristo apocalíptico foi substituída pela da Virgem como trono do Salvador e mediadora entre Deus e os homens. A representação de Maria enquanto trono do Menino Jesus teve grande aceitação no românico e, mais tarde, no gótico. Assim, iconograficamente, esta escultura pertence ao tipo *hodegetria*, no qual a *Theotokos*, a Virgem Mãe, apresenta ao mundo o seu Filho, o Salvador.

É fundamentalmente a partir da época românica, e com maior expressividade durante o gótico, que a devoção à Virgem Maria e sua figura ganha uma nova importância, aspeto que deve ser entendido no âmbito das grandes mudanças então sentidas ao nível da evolução do sentimento religioso (Almeida, 1983: 5).

A Virgem de Cárquere é um dos raros exemplos de marfins portugueses que chegaram aos nossos dias, tanto mais que nela ainda sobrevivem vestígios de douramento e de vermelho (SEC, 1992: 133). É, porém, nas suas reduzidas dimensões que reside a sua maior originalidade.

³ “Como nos sentimos impressionados sob as arcadas de uma igreja primitiva, perante uma imagem vista e adorada por reis, ricos e povo de séculos remotos, que foi talvez levada como talisman, no seu minúsculo relicário de prata, para o meio das refregas contra os mouros, que correu decerto as sete partidas do mundo, de um mundo, que nós não conhecemos, nem conheceremos nunca!” (Correia, 1919: 58).



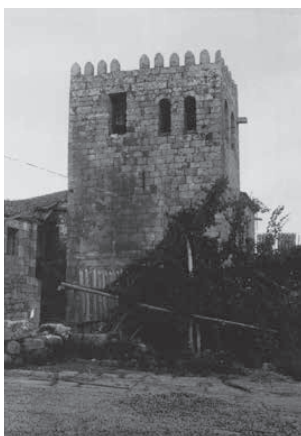
Da edificação do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere

Em Resende, na margem esquerda do rio Douro, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere forma um conjunto monumental extremamente interessante e de grande significado regional, apesar do carácter muito reduzido dos vestígios prevaletentes da época românica. Rodeado de ciprestes, ocupa um local alto, a partir do qual se desfruta de uma paisagem grandiosa. Do lado sul da Igreja, os vestígios daquilo que poderá ter sido o pequeno mosteiro de cónegos regrantes de Santo Agostinho – a que a historiografia tende a denominar de “conventinho” – e a torre ameada, marcam de forma invulgar o espaço. Do lado norte, ocupando a área do atual cemitério, situar-se-ia o claustro.

A fundação do Mosteiro de Cárquere datará, pois, do segundo quartel do século XII, após a instalação dos cónegos regrantes de Santo Agostinho no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a 28 de junho de 1131, diretamente patrocinado por D. Afonso Henriques (r. 1143-1185). Seguindo a orientação gregoriana internacional, observante de uma vida apostólica rigorosa, dedicada à preparação intelectual e litúrgica, os cónegos regrantes estavam aptos para a pregação e assistência, sobretudo hospitalar (Sousa, 2005: 171).

Ao que se sabe, em 1146, D. Egas Moniz terá deixado em testamento vários legados a este Mosteiro. No entanto, esta escassez de elementos cronológicos, associada ao reduzido carácter dos trechos românicos remanescentes, não nos permite afirmar com grande segurança quando é que efetivamente foi construído o Mosteiro românico de Cárquere. Mas, sabendo que este foi inicialmente ocupado pelos crúzios, tudo leva a crer que a sua cronologia efetiva apenas terá começado por volta de 1131. Esta hipótese aproxima-se da data de 1125 que foi lida por frei Teodoro de Melo, um religioso da ordem de Cristo que, em 1732, elaborou um tratado histórico sobre Resende, de onde era natural⁴.

De facto, estamos diante de um conjunto monástico que testemunha a passagem de várias épocas construtivas, o que explica a escassez de testemunhos românicos visíveis. Bastante transformado pela estética e pelos gostos do tempo, cremos, no entanto, que é ao nível da organização espacial do conjunto monástico que ainda prevalece uma topografia de sabor românico. Assim, tomando como elemento central a Igreja de planta longitudinal, composta por nave única e capela-mor quadrangular, mais estreita e mais baixa do que esta, curiosamente vemos que o primitivo espaço claustral se posicionou no seu lado esquerdo, ou seja, a norte, e que corresponderá, em certa medida, ao atual cemitério. Tal facto justifica também o posicionamento do panteão dos Resendes, senhores da terra, enquanto capela independente. A ela voltaremos atentamente mais adiante. Do lado oposto, ou seja, no lado sul, encontramos as estruturas daquilo que se tem vindo a designar de “conventinho” e que contribui para acentuar

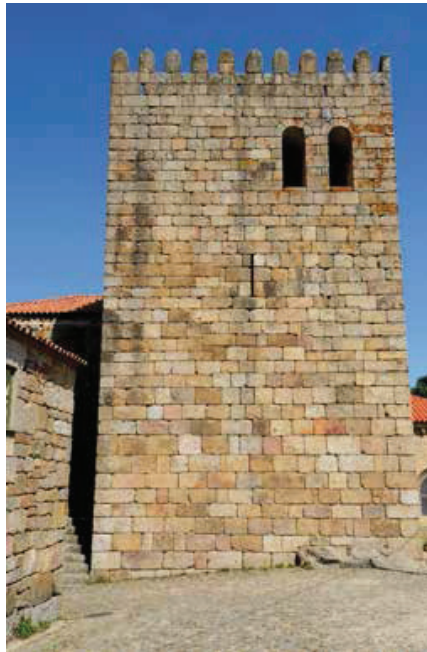


Vista da torre nos inícios do século XX. Fonte: coleção particular de Nuno Resende.

⁴ “(...) descobrimos que neste presente ano de 1732 que apesar de tantos, e de várias mudanças, que por eles passaram, foi achada, ou dizendo-o melhor, advertida, uma pedra que se conserva naquele Mosteiro metida nas paredes das Casa da Residência dele, que corre do cruzeiro da Senhora para o pátio, que se chama coberto junto ao primeiro arco deste, na qual se declara em um letreiro antigo, que se lê com dificuldade, ser o dito Mosteiro fundado no ano de 1125 que é o ano de Cristo de 1087, contando-se pelo ano de César, como parece deve contar-se” (Duarte, 2004).



"Conventinho".



Torre.

os múltiplos significados da rica articulação do espaço deste conjunto edificado. Composto por dois pisos, a que se acede por uma porta de verga reta ao nível térreo, esta estrutura é de difícil datação, tendo em conta o carácter vernacular do seu aparelho, algo incerto. A existência de várias cicatrizes mostra que foi sendo alvo de diversas transformações. No entanto, os cachorros quadrangulares e retangulares colocam a sua cronologia algures na Idade Média, embora não permitam estabelecer uma cronologia específica, pelo que acreditamos que esta estrutura seja posterior à edificação românica da Igreja.

Não nos podemos esquecer que na Idade Média portuguesa, e particularmente durante a época românica, a maior parte das dependências conventuais eram edificadas em materiais perecíveis, pelo que não chegaram aos nossos dias. Destas apenas temos conhecimento ou através de referências documentais ou através da comparação com exemplares estrangeiros ou com testemunhos já da época gótica, de que destacamos, entre nós, o exemplo de Santa Maria de Alcobaça. O facto de em Cárquere ainda persistir um conjunto de edificações anexas à Igreja, que poderá ter cumprido funções conventuais durante a época românica, torna este exemplar ainda mais ilustrativo daquilo que pode ter constituído, naquela época, a organização espacial de um pequeno mosteiro rural.

Este corpo está ligado através de um arco àquela que tem vindo a ser designada como "casa do caseiro". Repare-se, no entanto, na persistência de cicatrizes no seu registo superior, o que acusa um prolongamento para sul daquilo que foi o "conventinho" ou, então, a existência de um passadiço que permitia a ligação entre a estrutura monástica e a dita "casa do caseiro" (Duarte, 1994b: 162).

Todo o conjunto é rematado, no seu ângulo sudeste, pela robusta torre ameada fundada sobre afloramento granítico, de implantação claramente românica. Esta estrutura, de natureza defensiva e senhorial, poderá ter sido edificada na mesma ocasião do conjunto monástico e que alguns autores colocam no último quartel do século XII (Graf, 1986: 86) ou já no XIII (Pinto, 1982: 327). Não nos esqueçamos, no entanto, segundo nos informa Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que estas torres isoladas, edificadas junto a edifícios religiosos, são geralmente mais tardias que as igrejas que acompanham. Além disso, mais do que destinadas a alçar sinos, tais estruturas – tal como acontece em Manhente (Barcelos), Travanca ou Freixo de Baixo (Amarante) – assumiram uma clara motivação defensiva, entenda-se, senhorial (Almeida, 1971: 69).

Isolada relativamente ao corpo da Igreja, tal como em Salvador de Travanca, esta torre paralelepípedica foi alvo de uma profunda intervenção no século XX, pelo que a ela voltaremos mais adiante.

A cabeceira desta Igreja poderá ter sido edificada na passagem do século XIII para o século XIV, ainda dentro do estilo gótico, conforme atesta a janela mainelada com pequeno óculo trilobado da parede testeira, apenas visível no exterior, porque interiormente oculta pelo retábulo-mor. Também a estrutura adotada ao nível da abóbada remete-nos para a estética do gótico, cujas nervuras assentam em colunas nos ângulos, sendo fechadas por um florão. Atente-se, ainda, ao amplo vão que, composto por arco quebrado pontuado por pérolas, permite o acesso entre a capela-mor e a atual sacristia. A ele voltaremos mais adiante. Ao nível exterior, os cachorros acusam a mesma cronologia: retangulares, com ornamentação de tendência geométrica, alguns deles são pontuados por pérolas. No entanto, do lado norte, curiosamente, identificamos um



Igreja. Fachada oriental. Janela mainelada.



Igreja. Capela-mor.



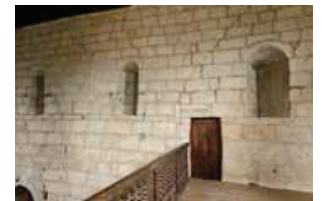
Igreja. Capela-mor. Arco triunfal e abóbada.

cachorro onde foi esculpida uma figura humana, que se assemelha a um homem barbado sentado com as pernas cruzadas. Mais quadrangular do que os restantes, questionamos se este cachorro não poderá constituir um reaproveitamento de um exemplar da fábrica românica.

O que é mais provável é que esta cabeceira tenha substituído uma outra, anterior e românica. Desta época, apenas resta um trecho, ao nível da atual nave, no paramento do lado da Epístola, conforme acusam três frestas entaipadas, bem visíveis no interior. Assim, o que podemos concluir é que houve um claro reaproveitamento da fábrica românica durante a transformação manuelina do corpo da nave. Refira-se, aliás, que é bastante comum este facto, quer na reutilização de paramentos inteiros, parte deles ou apenas de silhares, e fundações da edificação. As siglas de canteiro na parede sul da Igreja certificam a cronologia da mesma enquanto obra românica, além de que confirmam a boa qualidade da sua fábrica, o que terá justificado que os construtores da época manuelina mantivessem esta estrutura aquando da reedificação ou simples adaptação da nave.

No entanto, ao nível da Igreja, e além da parede do lado da Epístola, ainda prevalecem outros testemunhos, ou reminiscências, da época românica. Falamos do óculo que na fachada principal encima o portal manuelino. Além disso, confirmando um aspeto comum à maior parte das edificações românicas, sobre o arco triunfal uma fresta românica, cujas impostas ostentam um motivo enxaquetado. A arquivolta está inscrita na espessura do próprio muro. Esteticamente, o arco triunfal é claramente gótico, não só devido ao grande diâmetro do seu vão, mas também devido ao facto de as suas três arquivoltas, ainda em volta redonda, mostrarem uma fina linguagem esculpida ao nível dos capitéis onde prevalecem motivos florais e fitomórficos.

É, porém, ao nível da capela tumulária dos Resendes que encontramos os mais significativos trechos românicos deste conjunto.



Igreja. Fachada sul. Nave.



Panteão dos Resendes

De planta retangular e abrindo para o espaço onde em tempos figurou o claustro, a capela funerária dos Resendes guarda no seu interior quatro arcos tumulares em granito, cujas tampas monolíticas configuram coberturas de duas águas. Medindo, cada uma, aproximadamente, dois metros de comprimento, as que se encontram do lado esquerdo da capela estão enquadradas por arcosólio. As tampas ostentam a pedra de armas dos Resendes⁵ e três inscrições identificam os sepultados: Vasco Martins de Resende (I), neto de Martim Afonso; o seu filho Gil Vaz de Resende; e o descendente de ambos, Vasco Martins de Resende (II).



Panteão dos Resendes.

O primeiro Vasco, documentado na primeira metade do século XIV, foi um conhecido trovador, amigo e apoiante do partido de Afonso Sanches, bastardo de D. Dinis. O segundo com o mesmo nome, provavelmente neto do trovador, exerceu o cargo de regedor na província de Entre-Douro-e-Minho, durante o reinado de D. Afonso V (1438-1481). Com este terminou a linhagem dos Resendes que desde Egas Moniz (c. 1080-1146) governou a honra ou beetria, cuja cabeça espiritual estava em São Salvador⁶. A mulher de Vasco Martins de Resende (II), D. Maria de Castro, levou consigo (depois de enviuvar) a tutela da referida honra, que transmitiu, pelo segundo matrimónio, aos Castros. Estes, a partir do século XVIII, conservaram-se como senhores de Resende, depois assim titulados como memória da jurisdição que haviam tomado por via indireta.

⁵ De ouro, duas cabras passantes de negro, uma sobre a outra, revestidas com gotas do mesmo metal.

⁶ A igreja de São Salvador de Resende (a designação São Salvador ainda é utilizada), cuja fábrica românica foi profundamente adulterada, constituiu, na Idade Moderna, panteão para os Castros, sucessores dos Resendes.

Durante o período de maior influência dos Resendes, ao longo dos séculos XIII e XIV, esta linhagem exerceu a sua preponderância numa extensa região entre Lamego e o Paiva, onde os seus elementos tinham interesses materiais e religiosos, nomeadamente a partir de Cárquere e Tarouquela (Cinfães), onde Aldonça Martins de Resende, filha de Martim Afonso de Resende e Constança Rodrigues de Meira, governou no espiritual e temporal durante cerca de sessenta anos (Sotomayor-Pizarro, 1997: 303-304)⁷. O afastamento da corte e a diluição do apelido por via feminina enfraqueceu o prestígio da linhagem cuja memória acabou por resistir, apenas, em linhas secundárias.

A Cárquere e nomeadamente ao espaço enquanto panteão linhagístico se refere Eça de Queiroz no seu romance *A ilustre casa de Ramires*. Descrevendo, ainda que em traços largos e adulterados, o espaço monástico, o escritor oitocentista traduziu em algumas palavras o cenário que bem pode ter encontrado quando viajou pelo Douro ou colheu na documentação familiar da sua mulher, legítima descendente e administradora do património herdado por D. Maria de Castro:

“E então também o tomou a curiosidade de visitar esse claustro, onde não entrara desde pequeno – quando ainda a Torre conservava as suas carruagens montadas e a romântica miss Rhodes escolhia sempre o passeio de Craquede, para as tardes pensativas de outono. Puxou a égua, transpôs o portal, atravessou o espaço descoberto que fora a nave – atulhado de calíça, de cacos, de pedras despegadas da abóboda e afogadas nas ervas bravas. E pela brecha dum muro a que ainda se amparava um pedaço de altar – penetrou na silenciosa crasta afonsina. Só dela restam duas arcadas em ângulo, atarracadas sobre rudes pilares, lajeadas de poderosas lajes puídas, que nessa manhã o sacristão cuidadosamente varrera. E contra o muro, onde rijas nervuras desenhavam outros arcos, avultam os sete imensos túmulos dos antiquíssimos Ramires, denegridos, lisos, sem um lavor, como toscas arcas de granito, alguns pesadamente encravados no lajedo, outros pousando sobre bolas que os séculos lascaram” (Queiroz, 1900: 229-230).

Aparentemente, a estrutura desta capela é bem simples. No entanto, é nela que encontramos o mais significativo testemunho arquitetónico que a época românica legou em Cárquere: a fresta da parede testeira. Formada por duas arquivoltas de volta perfeita, esta fresta surge ornamentada tanto interior como exteriormente.

No interior prevalece uma linguagem geométrica, relevada em ambas as arquivoltas, o motivo do zigzague na arquivolta interior, enquanto na exterior identificamos um motivo cordiforme encadeado. No entanto, diante de uma atenta observação, é possível verificar que as aduelas desta arquivolta não encontram uma plena ligação entre si ao nível dos motivos representados o que nos leva a crer que, por alguma razão, esta fresta poderá ter sido reaproveitada, provindo de um outro local do edifício. Tal facto poderá fazer sentido se tivermos presente a cronologia atribuída às arcas tumulares que o panteão encerra e ao facto de se pensar que a capela poderá ter sido construída, já no século XV, por Vasco Martins de Resende, conforme informação contida no seu testamento datado de 1433 (Duarte, 1994a: 178).

⁷ A este respeito ver Igreja de Tarouquela, Cinfães.



Panteão dos Resendes. Fachada oriental.
Vista interior da fresta.



Panteão dos Resendes. Fachada oriental.
Vista exterior da fresta.

No seu exterior afirmam-se os motivos de sabor geométrico na arquivolta externa da fresta, enquanto no interior se destacam, em cada uma das suas aduelas, animais uniafrontados, feitos com pouca modelação e carregados de grafismos. Estamos diante do tema das chamadas *beak-heads*, de importação anglo-saxónica e que, segundo Manuel Real, alcançou uma larga difusão entre nós, fruto da ação beneditina disseminada através de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) (Real, 1982: 59-60). Apresentando uma clara familiaridade com as figuras representadas no arco triunfal de Tarouquela, no portal da torre de Travanca e numa aduela avulsa no claustro de Paço de Sousa (Penafiel), Gerhard N. Graf diz que, no concernente a Cárquere, estamos diante “des sortes de chats munis, en dessous de leur tête, d’une protubérance indéfinissable, semblable à une barbe” (Graf, 1986: 86).

Estas arquivoltas apoiam-se sobre os capitéis onde estão esculpidas, num lado, aves com seus pescoços contorcidos, e, no outro, uma ave de asas abertas e cuja cabeça se encontra na esquina do capitel. Sob esta fresta corre um excerto de friso onde sobressaem motivos entrelaçados. Se tivermos em conta a qualidade deste conjunto podemos suspeitar da magnitude e da qualidade artística que terá tido a Igreja românica deste Mosteiro. Tal opinião é partilhada também pelo autor acima referido, na medida em que afirma que esta fresta é um bom testemunho de como foi possível em Portugal executar obras de arte que ultrapassam as normas habituais em termos estilísticos e técnicos, apesar do clima de instabilidade vivido devido ao ambiente de Reconquista e de reorganização do território (Graf, 1986: 86).



Virgem “a Branca”

Dentro do período gótico, que assinala o canto de cisne da presença dos cónegos regentes em Cárquere, encontra-se a Virgem com o menino, dita “a Branca”. Trata-se de um dos melhores exemplares saído do trabalho da oficina de mestre Pêro de Coimbra ou de hábil artífice na sua órbita. Este belíssimo trabalho escultórico destaca-se pela acentuada verticalidade das suas formas, manifestada na alva túnica da Virgem (que lhe deu o nome popular) e, sobretudo, no tratamento das mãos, que exibem dedos esguios e compridos.

A Virgem encontra-se em pé, segurando com a mão direita um nó da sua túnica e com a esquerda o Menino Jesus sentado. O seu olhar quase a direito reveste a sua postura de um formalismo ainda arrancado à alta medievalidade, que contrasta com o naturalismo presente no tratamento da sua face e na do seu filho. Enverga uma coroa aberta e uma mantilha. Sobre a túnica, usa uma capa atada ao peito por uma pregadeira, cujo desenho é semelhante aos adornos de outras virgens saídas da oficina de mestre Pêro⁸.

Apoiado no braço e na mão de sua Mãe, o Menino brinca com a fita que afivela a túnica pouco abaixo do busto da Virgem. Parece olhar o céu, sendo representado envergando uma túnica também alva, onde sobressai o pregueado e o abotoado das mangas – notável trabalho de pormenor.

Embora a escultura apresente alguma policromia e douramento, assim como bom tratamento da carnação, é a alvura das vestes, quer da Virgem quer do seu filho, que chama a atenção do observador e dos fiéis. Estes, sobretudo as mulheres, não tardaram em apelidá-la de Virgem Branca, invocando-a a favor do bom aleitamento, que procuravam com recurso ao pó extraído de raspagens na imagem⁹. Esta utilização terapêutica de materiais extraídos das esculturas foi algo comum e prende-se com a qualidade de sagrado que as comunidades imputavam a certas imagens, tomadas como portadoras de capacidades benéficas, iguais ou superiores às relíquias.

A Igreja de Cárquere é, por excelência, um santuário mariano, que recebeu influências espirituais de agostinianos e jesuítas, ambos profundamente ligados à Virgem e ambos proselitistas na veiculação dos seus cultos, antes e depois da contrarreforma. É na esfera de influência dos primeiros, cuja casa-mãe se situava em Coimbra, que devemos compreender a presença da escultura gótica da alva Virgem em Cárquere.



Nave. Altar colateral do lado do Evangelho. Escultura. Virgem a Branca.

⁸ Ver MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA – *Virgem com o Menino*. Inventário 1087, atribuída a mestre Pêro, 2.º quartel do século XIV.

⁹ Esta tradição é relatada, em 1758, pelo pároco de Cárquere (BORGES, Georges Botelho - [Memória Paroquial de] Cárquere [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/9/142). Outras tradições relacionadas com o parto e a criação (que se entrelaçam com a tradição maior da cura do infante) remetem-nos para a ideia de santuário hagio e hieroterapêutico.

TRANSFORMAÇÕES MANUELINAS

A Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere recebeu profundas transformações na senda da estética manuelina que, a partir de inícios do século XVI, conheceu um grande acolhimento entre nós. Sendo o manuelino um estilo decorativo, cuja origem se encontra na evolução do gótico flamejante e nas particulares condições económicas, sociais e culturais do Portugal da época, é bem compreensível a aceitação e disseminação que este alcançou entre nós. A adoção da linguagem dita manuelina num qualquer edifício surge também enquanto elemento prestigiante.

É neste sentido que devemos entender a atualização de gosto que se fez sentir na Igreja crúzia de Santa Maria de Cárquere, tanto mais que sabemos que, no século XIV, este Mosteiro constituía a única casa dos cônegos regrantes de Santo Agostinho no bispado de Lamego. Tal facto não deve ser estranhado se tivermos presente a profunda transformação a que foi sujeita entre 1507-1515 a casa-mãe dos crúzios na cidade do Mondego. É, pois, natural que uma casa monástica, e as dela diretamente dependentes, também seguisse o mesmo princípio de atualização estética do seu edifício, adotando um novo gosto e uma nova moda. Naturalmente que, na apreciação da introdução da estética manuelina em Cárquere, temos de ter presente o seu caráter eremítico e periférico, pelo que as soluções aqui adotadas são já bem mais regionalizadas.

Assim, no trajeto da arte praticada ao tempo de D. Manuel I (r. 1495-1521) nos grandes centros artísticos, próximos da afirmação do poder régio, vamos ver ser criada uma série de artistas que se espalharão um pouco por todo o país, levando consigo a nova linguagem e o novo *modus fazendi*, numa época de grande fulgor arquitetónico.

Em Cárquere, o novo portal principal enquadra-se perfeitamente dentro da nova estética, como confirma o alfiz de bandeiras lisas que envolve o arco conopial, rematado por cruz. Dentro deste, três elegantes arquivoltas de volta perfeita ostentam capitéis, cujo fino talhe mostra motivos encordoados, tema muito comum à arte manuelina. Atente-se, no entanto, na cicatriz que ainda permanece sobre este portal manuelino e que nos mostra qual terá sido a dimensão do primitivo portal românico.

Também o portal da fachada norte foi arranjado nesta época, mais certamente em inícios do século XVI. Aqui, um arco polilobado e infletido anima o conjunto. Mísulas com elegantes folhagens relevadas dizem-nos ter existido nesta fachada uma estrutura alpendrada, a meia altura das amplas frestas que iluminam o interior da nave, além de uma pequena estrutura que abrigaria apenas o portal. Repare-se que a fresta do centro está encimada por uma esfera armilar. A cornija está decorada com motivos vegetalistas relevados.

Embora seja certa, e evidente, a transformação dos portais desta Igreja duriense, o mesmo não poderemos dizer relativamente à nave. Conforme poderão atestar os vãos de iluminação do lado norte, o que é certo é que até que apareça qualquer prova documental que o ateste, não podemos dizer com certeza se esta foi simplesmente reedificada ou apenas transformada neste século XVI, aproveitando uma grande parte da fábrica românica como já referimos. O facto de se ter mantido na estrutura da Igreja as frestas românicas do lado sul, embora entaipadas, porque a esta parede se adossa a estrutura do “conventinho”, pode em parte justificar esta nossa tese.



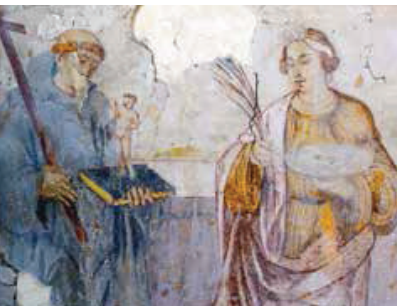
Igreja. Fachada ocidental. Portal.



Igreja. Fachada norte. Nave. Portal.



Igreja. Fachada norte.



Igreja. Paredes do arco triunfal e da nave (atrás dos altares colaterais). Pintura mural. Santo António e Santa Luzia.

Desta época data também a campanha de pintura mural, cujos testemunhos da parede tenebrosa da nave, do lado do Evangelho e da Epístola, hoje ocultos pelos retábulos colaterais, foram estudados por Luís Urbano Afonso (2009: 180-184), cuja leitura seguiremos.

Do lado da Epístola, um retábulo de correr, oculta uma representação de *Santo António* (identificado por uma cruz de madeira de haste longa e pelo livro fechado sobre o qual está o Menino miniatural) e de *Santa Luzia*, representada ao modo de cortesã (acompanhada da palma do martírio e do prato com um par de olhos). Partilhando um mesmo espaço, estas figuras têm como fundo um esboço paisagístico pouco definido.

Apesar de fragmentadas, Luís Urbano Afonso identificou, no lado do Evangelho, um conjunto de quatro (?) *anjos* esvoaçantes em torno de um pano de armar, negro ou azul-escuro. Segundo este autor, e tendo em conta a disposição dos elementos remanescentes, é possível que este conjunto envolvesse a presença de uma imagem do orago do altar que aqui existiria ou sob a forma de estátua ou mesmo de pintura de cavalete, criando-se assim, através da composição de pintura mural, um cenário ativo para a mesma, tanto mais que este autor é da opinião de que os anjos parecem sustentar (ou depositar) um baldaquino dourado. Embora não se saiba qual a figura do orago, esta não pertenceria à Sagrada Família, pois os anjos seguram nas mãos palmas de martírio.

Também na parede norte da nave, junto à parede do arco triunfal, existem ainda alguns vestígios de pintura decorativa, onde se identificam diversos ornatos vegetalistas pintados de branco e a representação de um homem selvagem, tema que Luís Urbano Afonso considera ser pouco comum na pintura portuguesa.

Sabendo que, em 1541, este Mosteiro de Santa Maria de Cárquere foi entregue por D. João III (1521-1557) à Companhia de Jesus, na opinião do mesmo autor, é bem possível que esta campanha de pintura mural tenha sido realizada já sob o patrocínio da nova ordem, pelo que a sua cronologia estará posicionada algures entre 1545 e 1560.



Igreja. Arco triunfal. Pintura mural e altares colaterais.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

No final da Idade Média, Cárquere constituía um importante polo cultural e económico na região de Montemuro. É notável a atividade enfitêutica do Mosteiro ao longo do século XV, com aquisições e renovações de prazos, coleta de impostos e demandas que lembram a importância estratégica de certos bens mobiliários ou direitos adquiridos durante a medievalidade. Embora o património de Cárquere se aglutinasse nas proximidades da casa, repartindo-se entre lugares, casais, quintas, póvoas, vinhas, pesqueiras e quebradas nas freguesias vizinhas de Resende e Cinfães, São Martinho de Mouros, São Romão, Freigil, Felgueiras, Feirão, Panchorra, Ramires, Ferreiros de Tendais, Oliveira do Douro e Cinfães, os seus priores administravam propriedades e outros direitos (como o do padroado) numa vasta região entre o Douro e as Beiras. Tinham interesses em Alvarenga, Mões, Caria, Quintela da Lapa, Vila da Rua, Beselga, Penela da Beira, entre outros. É, pois, natural que tão abastado pecúlio, a que se deve juntar o papel de santuário ligado à monarquia, suscitasse a cobiça de homens e instituições, como se pode inferir pela disputa que o envolveu nos primeiros decénios do século XVI.

216

A independência de Cárquere, conseguida pela bula de Nicolau III (p. 1277-1280), de 1279 (que submetia os seus eclesiásticos a Roma, Itália), foi perdida em 1511 com a morte do prior Diogo Coelho, que originou a entrega do Mosteiro ao comendatário Francisco Suzarte. Já no século XIII, o estatuto de Cárquere sobressaía entre o das igrejas taxadas para sustentar a Cruzada de D. Dinis, pagando então a elevada soma de 900 libras (Almeida e Peres, 1971).

É, contudo, a partir de 1541, que se inaugura um novo período de submissão e consequente morte do espaço monástico. Neste ano, D. João III entrega a administração de Cárquere ao introdutor da Companhia de Jesus em Portugal, o padre e mestre Simão Rodrigues (1510-1579). À nova ordem, marcadamente urbana, não interessava o solitário e longínquo lugarejo de Cárquere, tendo mestre Simão trocado este pelo mosteiro de Santo Antão o Velho, junto ao castelo de São Jorge, em Lisboa, de que era comendatário o bispo de Ressiona, D. Ambrósio Pereira. Parece que a casa de Santo Antão seria “de pouco proveito” para D. Ambrósio, ao passo que para os jesuítas seria “de grande comodidade por ter Igreja feita, & casas bastantes”, como narra a crónica da Companhia de Jesus em Portugal (Teles, 1645: 80). O bispo tratou de mudar-se para o Mosteiro de Cárquere, reformando-o no espiritual e temporal, juntamente com D. António Nogueira, cónego de Santa Cruz de Coimbra. Contudo, por morte deste último, os jesuítas, a quem não interessava o bucolismo do local, mas importava assegurar os réditos de Cárquere, envidaram esforços junto do cardeal D. Henrique no sentido de se apossarem da sua administração. No ano de 1554, abate-se sobre o Mosteiro e os seus inquilinos uma severa e oportuna devassa que apressou a queda do espaço enquanto reduto espiritual.

Naquele ano, chega a Cárquere o franciscano Francisco Quaresma. Na qualidade de visitante, enceta uma verdadeira perseguição aos priores e cónegos do Mosteiro. As denúncias não partem apenas de testemunhas externas, populares e oficiais da região, mas também dos próprios eclesiásticos, o que denota fortes dissensões e talvez sinais de avidez e cobiça. A devassa

revelou então um panorama confrangedor para uma Igreja em plena reforma: mancebia, nepotismo, abuso de poder e má gestão. O principal visado era Melchior Sequeira, prior castreiro, mas praticamente todos os clérigos foram envolvidos na acusação. Um dos testemunhos, o de João Gonçalves, freguês, revela-se particularmente expressivo:

“(…) E notorio que todos os conegos deste moesteiro des o maior atee o mais moço são amancebados E tem filhos e filhas E andam de noite E são muito dissolutos e desonestos e seu viver E parecem mais rapases que frades E que são muito poderosos, E por serem taes e parentes, huns dos outros são muito ousados e fazem muitas disensoes e insultos de que ha autos e devasas E desonrrão muitas molheres filhas domens/ honrrados que estão pera honrra e casamento o que fazem cada dia E sem embargo disso he forçado os pais dellas calarse e sofrer seu improperio e desonrra com medo de lhe fazerem outra peor por que os ditos cone/gos são todos Irmãos tios sobrinhos huns dos outros E toda a terra he sua assi no spiritual como no temporal principal mente Melchior de Sequeira priol crasteiro depois que se faleceo uma manceba que tinha a muitos annos a qual avera oito ou nove meses que se faleceo desonrrou duas moças de muito boa fama freiguesas deste moesteiro filhas domens pobres e duma dellas tem ja hua minina sem que por isso aja quem lho contradiga (...)”¹⁰

Esta visitação não foi conclusiva. Determinou, porém, o afastamento de D. Ambrósio, que ingressou no mosteiro de Grijó (Vila Nova de Gaia) e foi substituído pelo crúzio António Nogueira, o qual, pouco antes de falecer, em 1560, procedeu a nova investigação e respetivo inquérito. Os acusados, Melchior de Sequeira, António de Almeida e Francisco Marques, recusaram comparecer ante o tribunal, tendo fugido à justiça eclesiástica. Não escaparam, contudo, às condenações que à revelia lhes foram impostas: suspensão de ordens e canonicatos (Assumpção, 1983: 200-2001).

Em 1562, Cárquere passa definitivamente para as mãos da Companhia de Jesus, deixando de ser espaço monástico – facto confirmado pela bula de Gregório XIII (1572-1585), em 1578, com a dissolução das obrigações claustrais e a confirmação da transferência das rendas das mesas prioral e conventual para o Colégio jesuíta de Coimbra (Dias, 1976). Os colegiais criaram uma vigararia e proveram nela um secular, Baltasar Botelho, o qual tendo morrido em 1600, deu origem a um litígio¹¹.

Sobre esta tumultuosa época são poucas as descrições ou testemunhos documentados de obras na estrutura eclesial e monástica. Se é possível que as campanhas pictóricas na nave sejam do mesmo período da agitada época de mudança do domínio, certo é que a fábrica manuelina corresponde, ainda, à administração crúzia e mesmo ao período de D. Ambrósio (1554-1559)¹². É entre 1561 e 1576 que se inicia a lenta agonia do complexo, a partir de então entregue a dois clérigos, simples administradores e representantes do Colégio conimbricense. Adaptado a funções de hospício, o “conventinho” torna-se habitação para os cónegos que de Coimbra vinham

¹⁰ AUC – *Secção Universitária, Renda de Cárquere*. Estante 17, tabela 4, n.º 27, fl. 8. Ainda que com os preconceitos do autor e da época, esta visitação foi exposta por Assumpção (1893).

¹¹ Como tudo consta de uma exposição do século XVII. AUC – Estante 17, tabela 2, n.º 36, fólhos avulsos.

¹² Dias (1976: 63) atribuiu ao priorado de D. Ambrósio “grandes obras de restauro”, que não especifica, porém.

administrar a Igreja e os seus domínios; o claustro arruína-se e com ele o panteão dos Resendes, que os Castros deviam menosprezar em função da memória da sua linhagem.

Os jesuítas, cientes da importância económica do velho cenóbio, não só reabilitaram em termos devocionais o espaço, agora adaptado a novas funções, como promoveram uma administração do património fundiário que lhe estava associado, acrescentando-lhe mais-valias, nomeadamente os dízimos das igrejas de Alvarenga (Arouca) e Lumiares (Armamar). De Cárquere, os padres jesuítas construíram o projeto espiritual e económico da Lapa (Sernancelhe), considerado, até ao século XX, como um dos mais importantes santuários marianos de Portugal¹³.

Os séculos XVII e XVIII são mais expressivos em termos de obras, nomeadamente ao nível das estruturas retabulares. A sua execução prolonga-se ao longo do século XVIII, como atestam os documentos e os estilos, com predominância para a linguagem nacional¹⁴. Segundo um relatório posterior à expulsão dos jesuítas (1759), estes dispunham da quantia anual de 14 mil réis para a fábrica da capela maior e do corpo da Igreja¹⁵, cera para o sepulcro da Semana Santa, sermões, cômgrua dos párocos, ordenados do coadjutor e sacristão, entre outras ofertas destinadas a missas, lâmpada do Santíssimo Sacramento e altar de Nossa Senhora¹⁶. Embora permaneça e prevaleça entre todas as devoções o culto mariano, representado pelas invocações de Cárquere e da Branca, a Companhia de Jesus não tardou em substituir as devoções cruzias pelas imagens dos grandes da sua ordem: Santo Inácio e São Francisco Xavier, apostos em mísulas no retábulo maior.



Santuário de Nossa Senhora da Lapa (Sernancelhe). Fonte: arquivo IHRU.



Vista geral do interior a partir da nave.

13 A este respeito ver Costa (2000).

14 São nacionais os altares-maior, da epístola e o de São Sebastião, atualmente exposto na sacristia. Em 1705, o mestre Luís Vieira da Cruz contratou com o procurador-geral da Companhia de Jesus a obra dos retábulos colaterais da Igreja de Cárquere (Queirós, 2006: 144, 305).

15 Estava excluído da dotação o altar "lado esquerdo dentro da Capella mor [...] pois pertence a Jacinto de Magalhaens da Cidade de Braga (...)". Sobre a questão da fábrica havia escritura entre o Colégio e o bispo de Lamego, datada de 16 de setembro de 1675 (AUC – Estante 17, tabela 2, n.º 36, fólhos avulsos).

16 O documento não está datado, mas encontra-se entre outros, avulsos, de cerca de 1800 (AUC, idem, ibid.).

Mas a obra maior da Companhia de Jesus foi reabilitar Cárquere como um importante santuário. Marca da sua intervenção terá sido a promoção dos cultos marianos e cristológicos, efetivada a partir da missionação que certamente partiria daquela casa, o mais importante núcleo jesuíta na região do Douro. No primeiro caso, não podemos deixar de supor que se lhes deva um aproveitamento do milagre afonsino, ligado aos mitos fundacionais, no período posterior a 1640. Por outro lado, pode imputar-se-lhes a reabilitação das grandiosas festividades de maio, ligadas à Semana Santa – celebrações que ainda nos séculos XIX e XX se destacavam na região. A Cárquere afluía um número considerável de procissões provenientes de várias freguesias de Montemuro e de outras excêntricas à região. Ao longo de oitocentos ainda os fiéis encomendavam o corpo e a alma à Virgem de Cárquere, como testemunham algumas pinturas votivas preservadas num museu de Lisboa (Chaves, 1970: 73-98)¹⁷.

Com o sequestro dos bens (19 de janeiro) e a extinção da Companhia de Jesus em Portugal (3 de setembro de 1759), por decreto político do Marquês de Pombal, a Igreja e o património que soçobrara do complexo monástico transitaram para a Universidade de Coimbra que assim passou a prover à sua administração. Fê-lo criteriosamente como consta do extenso conjunto de documentação subsistente. Na órbita da burocracia universitária, salienta-se a preocupação com a gestão do património móvel e imóvel, como se infere do pedido que a Real Junta da Universidade levou à presença do pároco de Cárquere, em 1798. Na resposta que este redigiu consta um minucioso inventário do mobiliário, alfaias e paramentos, assim como dos rendimentos, despesas e alguns elementos estatísticos referentes à freguesia, que o reitor Manuel Botelho Guedes dizia ser terra de “remediados, pobres e miseráveis”¹⁸. Deste inventário podemos colher algumas notas sobre o valor artístico do recheio da Igreja em finais do século XVIII, mormente o estado de conservação do património, na sua maioria gasto e a precisar de paliativos.

Destacava-se, então, o conjunto de paramentos brancos, roxos, vermelhos e pretos guardados nos caixões da sacristia. Tinham estado a uso desde os jesuítas e encontravam-se, em 1798, velhos e rotos. Juntavam-se-lhes, em estado semelhante, os panos de púlpito “incapazes de aparecerem em publico”, cortinas para os altares destinados à ornamentação no Sábado da Paixão¹⁹, algumas salvas, amitos e bolsas de corporais e toalhas. Dentro da categoria dos têxteis existia, ainda, um “sodairo” (representação de Sudário) comprado por 12 mil réis à custa da fábrica.

A nível de mobiliário, o reitor assinala o já referido caixão para os paramentos, um armário para castiçais e galhetas, banquetas, seis tocheiros, doze bancos (oito pertencentes ao corpo da Igreja e três ao coro, estes despedaçados), duas estantes, doze varas de pálido e duas cadeiras.

À parte um cálice “muito antigo”, o conjunto das alfaias parecia constar de peças recentes, algumas delas compradas ou remendadas já à custa da Real Fazenda da Universidade. O reitor inventaria duas píxides de prata, uma custódia do mesmo material, um turíbulo, quatro cálices, uma caldeirinha de estanho (com o respetivo hissopo), um vaso de lavatório e dois pares de galhetas (velhas, em estanho). Acrescentava a este espólio uma cruz processional de prata “chamada do Povo”. A Virgem de Cárquere possuía uma “coroa de prata com suas pedras pre-



Igreja. Capela-mor. Retábulo-mor.

¹⁷ Conservam-se três pinturas alusivas a milagres da Virgem de Cárquere.

¹⁸ A freguesia tinha, então, 248 fogos, 755 pessoas de maior idade e 79 menores (AUC, idem, ibid.).

¹⁹ AUC, idem, ibid.

fumada de ouro antiquíssima” e a do Menino Jesus outra, também em prata, mais pequena. Sobre as esculturas de Santo Inácio e de São Francisco Xavier rebrilhavam dois resplendores, provavelmente (o reitor não o refere) do mesmo material.

Do tesouro constava um conjunto de relíquias com o Santo Lenho “autentico, em hum quaixão coberto de velludo, e nos quatro Cantos suas chapas de pratta”. Tratava-se de obra mandada reformar e ofertar pelo desembargador João Ferreira²⁰.

Em termos de imaginária, destacam-se, para além das já referidas esculturas de São Francisco Xavier e de Santo Inácio de Loiola, os dois Santos Cristos – um no altar colateral (de muita veneração) e outro na sacristia, “indecente”. O estado deste devia-se, em parte, ao local onde estava exposto: a sacristia, lugar que por “estar por baixo de huma Salla de D. Joanna Theodora de onde estão cahindo immundicies de continuo sobre os Saçerдotes e paramentos”, sofria as agruras da incúria. Esta situação decorria do estatuto em que a Igreja e as casas anexas haviam caído após o confisco dos bens jesuíticos²¹.

Efetivamente, depois da expulsão de 1759, a Igreja de Cárquere permaneceu como paróquial, mas as estruturas do antigo convento, residência dos padres e demais anexos foram vendidos a um particular, o abade de Lazarim, que, segundo o relato dos visitantes, tratara de apossar-se do monumento, tratando a Igreja como sua (chegara a reivindicar o padroado) e executando nela atos menos dignos devidos a um local sagrado. As visitas que se sucedem ao longo da segunda metade do século XVIII invetivam contra o abade, que prosseguia nos abusos e, depois dele, a sua filha, Joana Teodora da Costa, a que alude o inventário de 1798. Devem remontar a esta época algumas obras de entaipamento, como a da porta que permitia aceder diretamente da antiga residência dos padres ao corpo da Igreja²².

De resto, e como já referimos, mesmo antes do esvaziamento do complexo pelos frades cruzios, já as zonas residenciais e o claustro ameaçavam ruína, estado que piorou ao longo dos séculos seguintes. Entre 1775 e 1797 são várias as queixas e admoestações dos visitantes, inclusive dos bispos de Lamego, D. Manuel de Vasconcelos Pereira e D. João Binet Pincio, que pessoalmente acorreram a Cárquere. Cremos que nem todas as advertências foram cumpridas, porém devemos registar alguns reparos.

20 Embora o reitor o não esclareça, deve tratar-se do desembargador João Ferreira Ribeiro de Lemos, irmão do bispo de Lamego, D. Manuel de Vasconcelos Pereira. Aquele era casado com D. Joaquina Doroteia de Melo Malheiro, representante do morgadio de Velude e proprietária da casa do Enxertado, à vista de Cárquere. Velude é uma pequena povoação da freguesia de Cinfães onde, no século XIV, o instituidor do morgadio (Vasco Esteves de Matos) tinha o seu solar.

21 Este inventário surge na sequência do pedido exarado pelo Doutor José Monteiro da Rocha, vice-reitor da Universidade de Coimbra e presidente da Junta da Fazenda da mesma instituição, datado de 31 de janeiro de 1798 (AUC, idem, ibid.).

22 Já em 1783 se informava: “ficou a dita Parrochial Igreja sugeita a triste situação de se julgar Como cappella de huma Caza particullar, e alem deste e outros muitos incomodos, bem como demandas tal foi a que travou o supra ditto Abbade [de Lazarim] com sua Excelencia Bispo de Lamego sobre a tapage do aleçapam que das mesmas Cazas descia para o Coro da Igreja rodiando por quaze todos os lados, com as suas Cazas a Igreja e Sua Torre, nam havendo em seu circuito mais que fazendas do passal opremindo deste modo a Rezidência dos Parochos querendo enfim the arrogar a si o direito do Padroado intentando, como na verdade intentou excluir delle por huma demanda a mesma Universidade ficando sobre tudo a Igreja sem a Caza da fabrica denominada de Lamoza de que, o Comprador se apesuou, e a Sacristia pella Citação das Cazas de baixo de huma Salla exposta a muitas indecencias pellos muitos Arroidos que ali se fazem vertendo agoas, transportando outros moveis, cantando quando ali assistem a Compradores, ou seus herdeiros Chegando algumas vezes a mandar fazer a Cosinha na mesma Salla superior a Sacristia (...)”, requerimento de 10-5-1786 (AUC, idem, ibid.).



Igreja. Fachada ocidental antes das intervenções da DGEMN (1949).
Fonte: arquivo IHRU.

Em 1775, D. Manuel de Vasconcelos Pereira alerta, através do seu escrivão, para a necessidade de consertar a abóbada da capela-mor, o pavimento da Igreja, coro e claustros. Faltavam vidraças e insistia-se na mudança da sacristia, sujeita à falta de civilidade dos proprietários da câmara sobre o espaço. Eram ainda necessárias três alvas, remendar paramentos, comprar galhetas e uma campainha²³.

Em 1782 dá-se relação do que foi gasto na reparação do chão da Igreja, onde foram assentadas 34 sepulturas de maiores e 12 de menores. Puseram-se os degraus para a capela-mor, lajeou-se a mesma e despendeu-se certa quantia nos degraus dos altares colaterais. Colocaram-se grades nas três frestas da capela maior e corpo da Igreja (e vidros nas mesmas). Foram arranjadas as portas do claustro e da torre da Igreja com fechaduras novas e armados os telhados com madeira e telha. A tudo juntou-se a ferragem do sino. Quatro anos depois, em 1786, pedia-se a reforma da píxide, um véu de seda e a reparação do turíbulo, da naveta e da cruz do povo. Faltavam paramentos pretos para as funções da Semana Santa, duas alvas e uma cadeira paroquial²⁴.

A 21 de abril de 1788, o juiz do povo, António Loureiro Dias, mandou comprar “hua nova banquetta de castiçais de estanho para o altar mor” e, apenas dois anos depois, o bispo de Lamego, em nova visitação, ordenava a substituição de uma píxide (ainda a de 1786?) cujo estado era “mais indecente do que podia dizerse”²⁵.

Em 1794, D. João Binet pedia uma custódia nova e mandava aumentar a cõngrua do pároco em 20 alqueires de trigo, 40 de milho e 20 almudes de vinho.

Porém, apenas em 1797 se levaram a cabo obras de fundo na estrutura do edifício eclesial e anexos. Nesse ano, a 4 de setembro, foram arrematadas obras no valor de 200 mil réis para consertar a porta travessa da Igreja; telhar, armar, travejar, soalhar e reedificar a escada da torre; caiar a Igreja por dentro e rebocar o claustro; armar a galilé e “lançar-lhe huma linha”; soalhar as casas da residência e fazer, numa delas, dois novos quartos, abrindo uma porta na “loge”. A tudo comprometeram-se os artistas Joaquim José, do Enxertado, e José Pinto de Figueiredo, de Paços²⁶.

Por volta de 1805 caiu “huma parte dos claustros aonde se chama a Caza do Cabido que foi dos Conigos Regrantes, e os Prelados deste Bispado tem Capitullado”. Para este local mudou-se, finalmente, a sacristia, transferido o património móvel em risco do espaço ameaçado pela família do abade de Lazarim, como consta de um requerimento do reitor Manuel Botelho Guedes, que reclamava, ainda, o auxílio financeiro necessário a assegurar os officios e a reparação do sino, ou a compra de novo, para substituição do que se quebrara.

23 AUC, idem, ibid.

24 AUC, idem, ibid.

25 AUC, idem, ibid.

26 AUC, idem, ibid.

AS INTERVENÇÕES NO MONUMENTO (SÉCULOS XIX E XX)

O século XIX, século romântico por excelência, vai caracterizar-se pela paulatina afirmação de toda uma cultura em torno dos monumentos, dos quais se exalta o seu valor histórico, valor esse que se torna premente salvaguardar para justificar a origem da Nação para as gerações vindouras. Como espelho do ambiente internacional que se ia desenvolvendo, também no Portugal de oitocentos, embora mais tardiamente, vimos despertar não só um interesse pelos “documentos” da Nação, mas também um sentimento de responsabilidade pela sua salvaguarda, mediante apelos que nos surgem tanto através da literatura, como através da imprensa²⁷.

Apoiando-se no estádio particular que foi o da formação das nacionalidades, o século XIX, ao identificar os monumentos seus coetâneos, enquanto criação humana que são, vai simultaneamente atribuir-lhes um valor de memoração, enquanto “documentos” que testemunham esse mesmo passado. Recorde-se aqui a origem etimológica da palavra monumento, originária do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (advertir, recordar), interpelando à memória (Choay, 2000: 16).

222

Citando Lúcia Rosas (1995: 90), “o prestígio da arquitetura “antiga” é um fenómeno de sempre”. É, pois, neste sentido que devemos compreender as poucas intervenções que entre 1806 e 1832 foram realizadas nesta Igreja que a historiografia tem vindo a associar voluntariamente à infância de D. Afonso Henriques. É, pois, bem natural que numa época em que o valor histórico impera, reflexo de uma constante nostalgia por um determinado momento do passado, se tenha procurado “fazer de “novo””, nas palavras da mesma autora, partes do monumento que se encontravam arruinadas.

Tendo-se adotado a solução do “desmanchar para tornar a repor”, estas intervenções não devem ainda ser entendidas como obras de restauro, indicando neste caso concreto que as intervenções nem sempre constituem uma alteração marcada pelo gosto da época em que são feitas (Rosas, 1995: 90). Assim, dando resposta aos danos relatados em 1805, logo no ano seguinte um “pedasso do claustro que está cahindo sera Lançado abaixo e tornado a armar e tilhado par dar á altura á fronteira da mesma sacristia e toda esta madeira será de castanho” (Rosas, 1995: 90). Embora nesta primeira intervenção se tenha dado uma altura mais elevada ao novo telhado, para corresponder ao pé-direito da sacristia, o mesmo já não acontece com a intervenção que terá sido realizada entre 1829 e 1832, a qual foi efetuada conforme o estado anterior do edifício. Nessa ocasião, a Junta da Fazenda Real da Universidade de Coimbra realizou pagamentos a mestres pedreiros por reparações realizadas na Igreja, na sacristia e na residência de Cárquere (Rosas, 1995: 90). É provável que esta residência fosse o espaço a que a historiografia tem vindo a designar vulgarmente de “conventinho”.

²⁷ Sobre a evolução dos factos, conceitos, meios e personalidades que presidiram a toda uma tomada de consciência patrimonial e de salvaguarda do património edificado no Portugal de oitocentos, veja-se Rosas (1995).



Vista do Mosteiro antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: coleção particular de Nuno Resende.



Igreja. Interior antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.

Só passado mais de um século é que voltamos a ter notícias de intervenções na Igreja e Mosteiro em estudo. Ao que pudemos apurar, foi só em 1949 que a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) realizou um profundo levantamento fotográfico de Santa Maria de Cárquere com vista ao apuramento das suas necessidades. Este levantamento (Carvalho e Costa, 2001), da autoria de Alberto da Silva Bessa, arquiteto chefe da 2.^a Secção da DGEMN, mostra bem o relativo abandono em que se encontrava o conjunto edificado.

Aferidas as necessidades, foram realizadas diversas obras de beneficiação na década de 1950. Ao que pudemos apurar, os trabalhos realizados visaram não só a conservação geral do edificado, como também procuraram acentuar uma medievalidade efetiva, mas aqui acentuada retoricamente através da reedificação da torre. A face voltada a sul, “fugindo da vertical e ameaçando ruína” (Pinto, 1982: 327), foi primeiramente escorada, sendo depois totalmente reconstruída. Assim sendo, as obras da torre já decorriam em 1951 e ocuparam a maior parte desta década, pois só em 1957 é que se estava a trabalhar ao nível dos vãos superiores do paramento sul.

A pequena galilé edificada no século XIX existiu até pelo menos 1952. Cinco anos depois já tinha sido demolida, assim como a parede que separava o cemitério do adro, mas permanecia o fundo caiado que, entretanto, foi removido, numa apologia do granito. Refira-se, aliás, que nos restauros realizados pela DGEMN era política comum a exaltação da pureza do granito, quer ao nível do exterior – removendo o caiado branco que vestia tantas das nossas igrejas –, quer interiormente, através da eliminação do revestimento a estuque de alguns espaços (como aconteceu nas naves da sé do Porto, por exemplo) ou da remoção do caiado. Cárquere também se enquadra nesta última opção, pois o seu interior era totalmente caiado. Hoje, vemos nesta Igreja duriense uma afirmação do granito, talvez aqui entendido como sinal de antiguidade.



Passadigo existente sobre o arco que ligava a "Casa do Caseiro" ao "Conventinho" antes das intervenções da DGEMN (1955). Fonte: arquivo IHRU.



Passadigo existente sobre o arco que ligava a "Casa do Caseiro" ao "Conventinho", na atualidade.

224

Mais, uma análise atenta das fotografias que documentam o momento, imediatamente anteriores a esta intervenção, permite-nos verificar que as próprias juntas dos silhares do alçado norte da nave e do posterior da capela-mor estavam também caiadas de branco, contrastando com o granito e com ele criando um jogo de claro-escuro. Cremos que terá sido durante o processo de limpeza desta última que se libertou a janela mainelada gótica e que até então se encontrava emparedada.

Foi ainda durante esta grande intervenção que se demoliu a escada de dois lanços que permitia o acesso, a partir do exterior e do alçado norte, ao coro alto, conforme comprova uma notória cicatriz, aqui visível no lado do Evangelho. A existência desta escada de acesso é ainda hoje denunciada exteriormente por uma cicatriz no paramento, mais ou menos por baixo do janelão que está mais próximo da fachada ocidental, o qual foi rasgado apenas em 1994, como que para dar alguma coerência estética e formal ao primeiro terço deste alçado.

Na década seguinte foram realizados trabalhos de beneficiação na chamada "casa do caseiro" (1962-1964) e que incluíram a demolição do passadigo que existia sobre o arco que liga esta casa ao "conventinho", entretanto convertido em palheiro. Este corpo superior, transformado em "ruína", permanece hoje ao modo de memória de um espaço edificado que se quis maior.

Nos anos de 1970, além de se ter arranjado o telhado da Igreja, procedeu-se também à abertura do arco que liga, do lado do Evangelho, a capela-mor à atual sacristia. Tal intervenção implicou a deslocação para esta última da arca tumular de D. Ambrósio Pereira e da transferência do altar das Almas ou de São João para a sala dita da Lamosa, assim convertida em "recolhido e piedoso santuário com uma linda imagem de Nossa Senhora de Cárquere, em contacto com a nave da igreja" (Pinto, 1982: 329). O facto de este túmulo ter servido de base para o referido altar justifica porque é que este se encontra mutilado, pois é de crer que terá tido jacente.



Igreja. Fachada norte antes das intervenções da DGEMN. Fonte: arquivo IHRU.



Igreja. Capela-mor. Arco que liga a capela-mor à sacristia antes das intervenções da DGEMN. Fonte: arquivo IHRU.



Igreja. Capela-mor. Arco que liga a capela-mor à sacristia, na atualidade.

Atente-se, aliás, que a planta publicada por Vergílio Correia em 1924 mostra o piso inferior do “conventinho” como se fosse um espaço unificado, enquanto hoje se encontra dividido em dois, acolhendo também o salão paroquial (Correia, 1924: 57). Tal intervenção deve-se ao padre Abel de Sousa, cuja inauguração teve lugar anos antes, a 23 de maio de 1965 (Pinto, 1982: 329). Foi também nessa ocasião que o piso superior deste corpo foi convertido em salão de espetáculos, com o respetivo palco (Correia, 1924).

Além de se ter realizado uma escavação arqueológica na envolvente do edifício (1997), os anos subsequentes primaram pela realização de diversas obras de conservação do imóvel, particularmente centradas nas coberturas (2004) (Carvalho e Costa, 2001). O Mosteiro de Cárquere integrou a Rota do Românico em 2010. [MLB / NR]

225



Igreja. Sacristia. Arca tumular de D. Ambrósio Pereira.

CRONOLOGIA

1125: frei Teodoro de Melo leu (em 1732) uma inscrição integrada nas paredes da Casa da Residência, que considerou alusiva à fundação do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere;

Século XII (2.º quartel): fundação do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere;

1146: Egas Moniz terá deixado em testamento vários legados ao Mosteiro de Santa Maria de Cárquere;

Séculos XII-XIII: edificação do conjunto monástico de Santa Maria de Cárquere, incluindo a torre;

1279: uma bula de Nicolau III (1277-1280) confirma a autonomia e as prerrogativas do Mosteiro de Cárquere;

Século XIII/XIV: construção da capela-mor gótica da Igreja;

1320: o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere era o único mosteiro de cónegos regrantes de Santo Agostinho na diocese de Lamego;

Século XV (1.ª metade): possível edificação do panteão dos Resendes;

Século XVI: transformação manuelina da Igreja de Santa Maria de Cárquere;

1511: o Mosteiro de Cárquere foi entregue ao comendatário Francisco Suzarte;

1541: por ordem de D. João III (1521-1557) Cárquere passa a integrar os bens da Companhia de Jesus;

1545-1560: campanha de pintura mural no corpo da Igreja;

1554: devassa ao Mosteiro e seus cónegos;

1562: Cárquere passa definitivamente para as mãos da Companhia de Jesus;

1578: uma bula de Gregório XIII (1572-1585) dissolve as obrigações claustrais de Cárquere e confirma a transferência das rendas das mesas prioral e conventual para o colégio jesuíta de Coimbra;

1600: com a morte do vigário Baltasar Botelho tem início um litígio entre os jesuítas e o bispo de Lamego sobre a posse e apresentação da Igreja de Cárquere;

Séculos XVII e XVIII: conceção das estruturas retabulares de Cárquere;

1759: com a expulsão dos jesuítas e com o sequestro dos seus bens, o complexo monástico de Cárquere transita para a administração da Universidade de Coimbra;

1775-1797: os visitantes fazem várias queixas e admoestações relativas ao estado de ruína do complexo de Cárquere e do seu equipamento litúrgico;

1797: Joaquim José, do Enxertado, e José Pinto de Figueiredo, de Paços, foram contratados para realizar obras de fundo na estrutura do edifício eclesial e anexos;

1798: a pedido da Real Junta da Universidade de Coimbra, o pároco de Cárquere elaborou um exaustivo inventário do mobiliário, alfaías e paramentos, assim como dos rendimentos, despesas e alguns elementos estatísticos referentes à freguesia;

Século XVIII (2.ª metade): entaipamento da porta que ligava a casa dos padres ao corpo da Igreja;

1806: obras de reparação ao nível do claustro, de que uma parede caíra no ano anterior;

1829-1832: foram feitos vários trabalhos de pedraria na Igreja, na sacristia e na residência de Cárquere;

Década de 1950 até à atualidade: o conjunto remanescente do Mosteiro de Cárquere tem sido alvo de diversas intervenções de conservação;

2010: o Mosteiro de Cárquere passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Mosteiro de Cárquere: vista da igreja e do “conventinho” nos inícios do século XX* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Coleção particular de Nuno Resende.

_____ – *Mosteiro de Cárquere: vista do mosteiro nos inícios do século XX* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Coleção particular de Nuno Resende.

_____ – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere. Interior: capela-mor e altar-lateral* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081213.

_____ – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere: escadaria e janela* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081216.

_____ – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1955]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081282.

_____ – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere. Interior: capela-mor* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081214.

_____ – *Residência da Companhia de Jesus / Santuário de Nossa Senhora da Lapa: fachada principal* [Material fotográfico]. Sernancelhe: [s.n., 1996]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003799, FOTO.00016359.

AFONSO, Luís Urbano – *A pintura mural portuguesa entre o gótico internacional e o fim do renascimento: formas, significados, funções*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *A Anunciação na arte medieval em Portugal: estudo iconográfico: iconografia I*. Porto: Instituto de História de Arte – Faculdade de Letras do Porto, 1983.

_____ – Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras*. Vol. 2 (1971).

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

- ASSUMPTÃO, T. Lino d' – *Frades e freiras: chroniquetas monásticas*. Lisboa: [Typ da Companhia Nacional Editora], 1893.
- BESSA, Alberto da Silva – *Igreja matriz de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere / Santuário de Nossa Senhora de Cárquere: fachada principal* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1949]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00003783, FOTO.0081235.
- BORGES, Georges Botelho – [Memória Paroquial de] Cárquere [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/9/142.
- BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.
- CARDOSO, Luiz – Carquere. In *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Offic. Silviana, 1751.
- CARVALHO, João; COSTA, Marisa – *Igreja matriz de Cárquere/Igreja de Santa Maria de Cárquere* PT011813030001 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2001. [Consult. 30 de setembro de 2011]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).
- CHAVES, Luís – A arte popular dos ex-votos. *Revista de Guimarães*. Vol. 80, n.º 1-2 (1970) 73-98.
- CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CHRISTIAN JR., William A. – *Apariciones en Castilla y Cataluña: siglos XIV-XVI*. Madrid: Nerea, 1990.
- CORREIA, António Mendes [et al.] – Cárquere. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960].
- CORREIA, Vergílio – *Monumentos e esculturas: séculos III-XVI*. Lisboa: Livraria Ferin, 1924.
- _____ – Santa Maria de Cárquere. In *Monumentos e esculturas: séculos III-XVI*. Lisboa: Imprensa Líbano da Silva, 1919.
- COSTA, M. Gonçalves da – *História do santuário da Lapa*. 3.ª ed. Lamego: [edição do autor], 2000.
- DIAS, Augusto – *Santa Maria de Cárquere*. [Porto]: Edições Beira e Douro, 1976.
- DUARTE, Joaquim Correia – *Resende e a sua história: as freguesias*. [Resende]: Câmara Municipal de Resende, 1994a.
- _____ – *Resende e a sua história: o concelho*. [Resende]: Câmara Municipal de Resende, 1994b.
- _____ – *Resende no século XVIII*. [Resende]: Câmara Municipal de Resende, 2004.
- GALVÃO, Duarte – *Crónica de D. Afonso Henriques, segundo o manuscrito da Torre do Tombo: com notas e glossário de José de Bragança*. Lisboa: Portugália Editora, [1954].
- GOMES, Saúl António – Cónegos regnantes de Santo Agostinho. In AZEVEDO, Carlos Moreira de – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- GRAF, Gerhard N. – *Portugal roman: le sud du Portugal, la nuit des temps*. Paris: Zodiaque, 1986.
- MATTOSO, José – Eremitas portugueses no século XIII. In MATTOSO, José – *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.
- MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA – *Virgem com o Menino*. Inventário 1087.

PINTO, Joaquim Caetano – *Resende: monografia do seu concelho*. Braga: [edição de autor], 1982.

QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *A importância da sede do bispado de Lamego na difusão da estética retabular: tipologias e gramática decorativa nos séculos XVII-XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2006.

QUEIROZ, José Maria Eça de – *A ilustre casa de Ramires*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, [s.d.].

REAL, Manuel Luís – O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do séc. XII. *Boletim Cultural - Póvoa de Varzim*. Vol. 21, n.º 1 (1982).

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos pátrios: a arquitetura religiosa medieval – património e restauro: 1835-1928*. Porto: Universidade do Porto, 1995. Dissertação de doutoramento em história da arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Texto policopiado.

SECRETARIADO DE ESTADO DA CULTURA(SEC) – *Nos confins da Idade Média: arte portuguesa: séculos XII-XV*. Porto: IPM - Museu Nacional Soares dos Reis, 1992. Catálogo da Exposição realizada no Museu Nacional Soares dos Reis (13 de março a 26 de abril de 1992).

SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em história da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

TELES, Baltasar, S. J. – *Chronica da Companhia de Iesu, na prouincia de Portugal*. Lisboa: [por Paulo Craesbeeck], 1645.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Arquivo (AUC) – Estante 17, tabela 2, n.º 36, fólios avulsos.

_____ – Arquivo (AUC). *Secção Universitária, Renda de Cárquere*. Estante 17, tabela 4, n.º 27, fl. 8.

VICENTE, José – *[Nossa Senhora de Cárquere]* [Material fotográfico]. Resende: José Vicente, [s.d.]. Coleção particular.